



Congresso deve votar LDO 2017, créditos suplementares e vetos

Parlamentares se reúnem hoje e amanhã e devem concluir análise de destaques da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 que estão pendentes



Genildo Magalhães/Agência Senado — 23/8/2016

Congresso votou, na madrugada de 24 de agosto, o texto-base da LDO para 2017. Agora faltam 3 destaques, além de 7 vetos presidenciais e 9 projetos de créditos

O Congresso agendou duas sessões para esta semana e deve concluir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. O texto principal da LDO foi aprovado na madrugada de 24 de agosto, mas três destaques ficaram pendentes de votação. Os parlamentares também podem decidir hoje ou amanhã sobre sete vetos presidenciais. Entre eles, o que impede o aumento do limite de participação de capital estrangeiro nas aéreas brasileiras. Estão na pauta ainda nove projetos que abrem créditos extras a ministérios. O da Educação pode receber R\$ 400,9 milhões para o Enem e o Fies. **3**

Audiência aponta crescimento da energia gerada por consumidores

Até 2024, o Brasil deverá ter 1,2 milhão de unidades consumidoras que geram sua própria energia, disseram especialistas em audiência pública na quinta-feira. Hoje esse número é de 4,5 mil uni-

dades — a maior parte delas, residências que produzem energia solar.

O debate avaliou o potencial e os desafios para o desenvolvimento das energias alternativas no país. **4**



Genildo Magalhães/Agência Senado — 15/9/2016

Hélio José (C) dirige o debate promovido pela Comissão de Infraestrutura

Plenário analisa hoje MP que recriou ministério

Sete medidas provisórias trancam a pauta de votações do Plenário. E pelo menos aquelas que perdem a validade antes das eleições devem ser votadas nas sessões de hoje e amanhã. Entre elas, a que recriou o Ministério da Cultura e instituiu as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Pessoa Idosa e a de Políticas para Mulheres. Uma outra MP trata da transferência de recursos da União para a educação infantil. **3**

Direito no país é excludente, dizem especialistas

Fazer a Justiça chegar a segmentos excluídos da sociedade é um desafio para os profissionais do direito, avaliaram advogadas, juízas, procuradoras e defensoras públicas em debate. As mulheres pobres e a população negra são alguns

dos segmentos que sofrem com essa exclusão, disseram. O encontro, promovido pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara, discutiu o exercício profissional do direito como fator de empoderamento feminino. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 15/9/2016

Para participantes do debate, profissionais devem contestar o "direito feito de exclusões" que penaliza as minorias



Órgão do Senado acompanha boa aplicação de recursos

O uso do dinheiro público pelo Senado é acompanhado pela Secretaria de Controle Interno, que vai além de fiscalizar o cumprimento das leis e das recomendações do Tribunal de Contas da União. O órgão também aponta

aspectos que podem ser melhorados na aplicação das verbas no Senado.

— Oferecemos ferramentas para que o cidadão tenha consciência de que pode nos fiscalizar — explica o diretor da secretaria, Eduardo Pereira da Silva. **4**



Martino Braun

Eduardo Pereira da Silva coordena a Secretaria de Controle Interno

Exterior poderá fornecer cédulas e moedas ao Brasil **2**

Vetado reajuste para Defensoria Pública da União **3**

Nesta edição, segue encartado informativo sobre o projeto de Lei Orçamentária Anual

Controle auxilia Senado na aplicação de verba pública

Secretaria da Casa tem o papel de fiscalizar o cumprimento das leis e das recomendações do TCU



O TRABALHO DA Secretaria de Controle Interno faz parte do esforço do Senado para o cumprimento da legislação e das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) na aplicação dos recursos públicos. O órgão atua no assessoramento da Comissão Diretora e da Presidência, além de colaborar com o controle externo realizado pelo TCU, explica o diretor da secretaria, Eduardo Pereira da Silva.

— Não adianta apenas usar corretamente o dinheiro. É preciso utilizá-lo bem e para uma boa finalidade. Não basta ser eficaz, tem que ser eficiente, efetivo, econômico e usar bem os recursos públicos. A secretaria garante que a verba pública entregue ao Senado seja bem aplicada — afirma.

De acordo com Pereira da Silva, originalmente a função visava corrigir e evitar fraudes. Nos últimos anos, o foco passou a ser as atividades preventivas por meio de ações de controle, como consultorias, auditorias, levantamentos, inspeções, recomendações, pareceres e notas técnicas.

— Antes, o auditor era visto

Funções do Controle Interno

- Avaliar a efetiva e regular aplicação dos recursos públicos do Senado
- Prestar consultoria à Comissão Diretora, Mesa, governança e gestão corporativa do Senado
- Propor normas e procedimentos para a adequada gestão de riscos e aperfeiçoamento dos controles internos administrativos
- Realizar auditorias, levantamentos, vistorias e inspeções
- Induzir o contínuo aperfeiçoamento da governança e da gestão administrativa

como uma pessoa que ia denunciar uma fraude ou um erro. Estamos desconstruindo essa imagem. A busca é para que esse temor seja substituído por um respeito mútuo.

Transparência

Por exigência constitucional, o Senado presta contas anualmente ao TCU. Para isso, a administração da Casa elabora relatório detalhado de todos os recursos aplicados. Cabe à Secretaria de Controle Interno avaliar se as aplicações foram efetivas e regulares. Em caso positivo, o órgão confere um certificado de regularidade ao documento apresentado.

— Caso haja pontos a serem melhorados, aprovamos o

relatório, mas apontamos aspectos que precisam ser aperfeiçoados. Adotamos ações junto à administração, como orientar sobre os caminhos a serem tomados, para evitar que a prestação de contas seja rejeitada — diz o diretor.

É responsabilidade do TCU julgar as contas apresentadas. Depois o relatório é devolvido ao Congresso, que aprovará ou rejeitará o relatório do órgão.

— Exercemos a ligação entre o Senado, o TCU e os cidadãos. A população vai saber, quando o relatório se tornar público, qual foi a avaliação da secretaria. O cidadão pode nos fiscalizar e estamos oferecendo ferramentas para que ele tenha essa consciência.

Senadores lamentam morte de Domingos Montagner

Senadores lamentaram, pelo Twitter, a morte do ator Domingos Montagner na quinta-feira, por afogamento no Rio São Francisco, na região de Canindé de São Francisco, entre Sergipe e Alagoas.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) enviou suas condolências e disse que o país e a cultura nacional perdem com a morte de Montagner. Lindbergh Farias (PT-RJ) manifestou solidariedade à família e aos amigos do ator.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO), por sua vez, disse que a morte de Montagner foi uma tragédia. Lídice da Mata (PSB-BA) também manifestou sua tristeza e desejou que Deus dê conforto à família.

Nascido na cidade de São Paulo, Domingos Montagner morreu aos 54 anos, após mergulhar no Rio São Francisco durante intervalo de

gravações dos capítulos finais da novela *Velho Chico*, da TV Globo, em que interpretava Santo, o protagonista.

Tweets dos senadores

Vanessa Grazziotin @vanessasenadora	Meus sentimentos à família e aos amigos do ator Domingos Montagner. Perde nossa cultura e perde o Brasil.
Lindbergh Farias @LindberghFarias	Péssima notícia. Minha solidariedade aos amigos e à família.
Ataídes Oliveira @Senador_Ataiades	Uma tragédia a morte do ator Domingos Montagner... Meus sentimentos a familiares e amigos.
Lídice da Mata @lidicedamata	#triste assim como todos os brasileiros com a morte do @DomingosMontag Que Deus dê conforto à família.



Edilson Rodrigues/Agência Senado - 14/9/2016

Tomou posse na quarta-feira o segundo suplente do senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO), Sebastião Valadares Neto, o Pastor Valadares (E). Gurgacz pediu licença do Senado em 8 de setembro para dar apoio a aliados políticos em Rondônia. Em seu lugar, havia assumido o primeiro suplente, Gilberto Piselo, que ficou no cargo por seis dias e licenciou-se na quarta-feira. Nascido em Água Doce do Norte (ES), 53 anos, Pastor Valadares é presidente da Convenção das Assembleias de Deus — Ministério de Madureira em Rondônia. É também um dos apresentadores do programa evangélico *Deus Fala Comigo*, exibido no estado.

MP autoriza Banco Central a encomendar cédulas no exterior

O Banco Central poderá encomendar a fornecedor estrangeiro a confecção de cédulas e moedas para abastecer o meio circulante nacional. A autorização está na Medida Provisória 745/2016, enviada ao Congresso e publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira.

As aquisições obedecerão a cronograma fixado pelo Banco Central para cada exercício financeiro, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. O banco deverá realizar as contratações em

conformidade com a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993).

Para baixar a medida, o governo alegou “inviabilidade ou fundada incerteza” quanto à capacidade da Casa da Moeda do Brasil de atender a demanda por meio circulante. Para o governo, isso caracteriza “situação de emergência” prevista na Lei de Licitações.

Situação semelhante aconteceu em 1994, quando foi lançado o Plano Real. Hoje o comércio enfrenta dificuldade de troco, devido à falta de cédulas e moedas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso 14h Renan Calheiros dirige a ordem do dia. Às 19h, preside sessão do Congresso.	QUARTA	CONGRESSO Vetos 11h Sessão para apreciação de vetos presidenciais e de destaques ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.
	PLENÁRIO Pauta trancada 14h Medidas provisórias trancam a pauta.		CMA Soja no Pantanal 9h30 Audiência pública sobre o avanço do plantio de soja no Pantanal.
TERÇA	CONGRESSO LDO 2017 19h Na pauta, conclusão de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.	QUINTA	SESSÃO ESPECIAL Dorina Nowill 11h Comemoração do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e entrega da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill.
	CCJ Burocracia menor 9h A comissão pode votar o PLS 214/2014, que simplifica atos da União, e mais 32 itens.		
SESSÃO ON-LINE			
Confira a íntegra das sessões no Plenário : http://bit.ly/plenarioOnline		Confira a íntegra das sessões nas comissões : http://bit.ly/comissoesOnline	

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso deve concluir votação da LDO 2017

Com reuniões hoje e amanhã, parlamentares se reúnem para votar três destaques à Lei de Diretrizes Orçamentárias que ficaram pendentes

O CONGRESSO FARÁ sessões hoje, às 19h, e amanhã, às 11h, para terminar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e analisar vetos e projetos de abertura de créditos suplementares para ministérios.

O texto principal da LDO (PLN 2/2016) foi aprovado na sessão do Congresso na madrugada de 24 de agosto. Entretanto, ficaram pendentes de votação três destaques, que serão analisados hoje ou amanhã. Dois deles tratam praticamente do mesmo assunto e têm objetivo de evitar que os recursos orçados para a área de ciência e tecnologia em 2017 sejam bloqueados. Ou seja, que entrem no decreto de contingenciamento, editado no início de cada ano para adequar os gastos às receitas da União. A proposta pode enfrentar resistência do governo.

O terceiro destaque suprime dispositivo do relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) que permite ao governo alterar em até 20% a composição da



Senadores e deputados também podem analisar 7 vetos da Presidência e 9 projetos de créditos extras para ministérios

carteira de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo já se posicionou contra o destaque. A retirada do dispositivo exigirá que qualquer alteração no conjunto de projetos com identificador próprio do PAC seja submetida ao Congresso. Portanto, o governo perderia flexibilidade e agilidade nessas alterações.

A LDO autoriza o governo federal a fechar o ano com um déficit de R\$ 139 bilhões e prevê crescimento de 1,2% no produto interno bruto (PIB). Caso se confirme a estimativa, o Brasil completará quatro anos consecutivos de déficit

fiscal e, conseqüentemente, de crescimento da dívida pública nacional. Além do rombo previsto em âmbito federal, o projeto antecipa déficits de R\$ 1,1 bilhão para estados e municípios e de R\$ 3 bilhões para as estatais.

Vetos

Nas mesmas sessões do Congresso, deverão ser analisados sete vetos (números 30 a 36) do presidente da República.

O veto 30 recai sobre a Lei 13.319/2016 e impede o aumento do limite de participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. A lei é fruto da MP 714/2016,

que, entre outras medidas, elevava esse limite dos atuais 20% para 49% do capital com direito a voto das empresas. Na Câmara, o percentual foi elevado para 100%, efetivamente extinguindo o limite para a participação estrangeira nas companhias aéreas nacionais.

Os líderes no Senado entraram em acordo para aprovar a proposta com o compromisso do veto a esse dispositivo por Temer, o que aconteceu. Na versão atual da lei, o limite continua em 20%. A justificativa do Executivo para o veto é o interesse público, sob o argumento de que a possibilidade da participação estrangeira em

100% não seria “adequada aos propósitos almejados” pela lei.

Os vetos de números 31 ao 35 foram aplicados a projetos de lei que tratam de reajustes de diversas carreiras.

Já o veto 36 recai sobre a lei que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb), programa que visa estimular empresas do setor a aumentar o volume de investimentos por meio de créditos tributários. O trecho vetado permitia que essas empresas ganhassem descontos em contribuições sociais.

Também constam na pauta do Congresso nove projetos de abertura de créditos suplementares para ministérios. Um deles é o PLN 8/2016, que autoriza crédito de R\$ 400,9 milhões para o Ministério da Educação organizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de R\$ 702,5 para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

O PLN 15/2016 libera pouco mais de R\$ 59 milhões para os Ministérios da Saúde, do Trabalho e das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos. A maior parte dos recursos vai para a pasta da Saúde investir em saneamento básico.

MP que recria Ministério da Cultura tranca pauta

A pauta do Plenário do Senado desta semana está trancada por sete medidas provisórias (MPs). O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou esforço concentrado de votação hoje e amanhã.

O acordo entre os líderes é que serão votadas pelo menos aquelas MPs que vencem antes das eleições municipais — cujo primeiro turno está marcado para 2 de outubro. É o caso da MP 728/2016, que vence hoje. A medida trata da recriação do Ministério da Cultura e também cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Pessoa Idosa e a de Políticas para Mulheres.

Devido à recriação da pasta da Cultura, a MP faz ajustes na estrutura do governo, recriando os cargos de ministro da Educação e de ministro da Cultura, além de cargos de direção. Na tramitação da medida, foi excluída a previsão de criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Houve o entendimento de que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já cumpre esse papel.

Já a MP 729/2016 tem validade até 28 de setembro. A medida muda as regras de transferência de recursos da

União para municípios e o Distrito Federal para apoio financeiro à educação infantil. O objetivo é ampliar vagas em creches para crianças de até quatro anos de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família.

As outras cinco MPs vencem em outubro. A MP 730/2016 abre crédito extraordinário de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral e vence no dia 6. O crédito vai complementar os recursos do Orçamento federal para realizar as eleições municipais deste ano.

As MPs 731/2016 e 732/2016 vencem no dia 7 de outubro. A primeira extingue 10 mil cargos comissionados no Executivo destinados a funções

de direção, chefia e assessoramento. Já a segunda limita a 10,54% o reajuste do foro e da taxa de ocupação de imóveis da União para o exercício de 2016. O valor equivale ao IGP-M, índice de inflação medido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado em 2015.

A MP 733/2016 autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural e a MP 736/2016 abre crédito extraordinário, em favor de estados, Distrito Federal e municípios, no valor total de R\$ 2,9 bilhões. As medidas têm validade até o dia 12 e dia 27 do mês que vem, respectivamente.

O trancamento da pauta por MPs não impede a tramitação

das propostas de emenda à Constituição (PEC), como a PEC 36/2016, que trata de temas relacionados à reforma política e vai cumprir a terceira sessão de discussão em primeiro turno. De Ricardo Ferraço (PSDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG), o texto reforça a exigência de fidelidade partidária de políticos eleitos e extingue as coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer cláusula de barreira para a atuação parlamentar dos partidos.

Ainda constam da pauta dois requerimentos de urgência. Um deles é para o projeto que aumenta o salário dos ministros do STF (PLC 27/2016).

Reajuste para defensor público-geral federal é vetado

O presidente da República, Michel Temer, vetou integralmente o projeto de lei que aumenta o salário do defensor público-geral federal (PLC 32/2016). A decisão foi publicada sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

Pela justificativa do veto, o projeto apresenta para os anos seguintes percentuais muito superiores aos dos demais reajustes dos servidores federais e também acima da inflação projetada para o período. A proposta traz ainda regra de vinculação remuneratória, o que, pelo governo, contraria a política atual de ajuste fiscal.

O projeto havia sido aprovado por votação simbólica no Senado em 24 de agosto. O texto estabelece reajustes escalonados até janeiro de 2018. O valor do salário seria R\$ 32.188,36 em janeiro de 2017; R\$ 32.938,35 a partir de abril de 2017; até alcançar R\$ 33.763, em 1º de janeiro de 2018.

Pelo texto, o reajuste teria impacto também nas demais categorias da carreira de defensor público federal. O veto será analisado em sessão do Congresso, sem previsão de data ainda.



Pasta da Cultura havia sido extinta por outra medida provisória e foi recriada por MP que tem validade até hoje

Cresce geração de energia em casa, indica debate

Número de unidades consumidoras que geram a própria energia, que hoje é de 4,5 mil no país, deve chegar a 1,2 milhão até 2024, disseram especialistas em audiência pública

A GERAÇÃO DE energia pelo próprio consumidor tende a crescer e deve chegar a 1,2 milhão de unidades consumidoras no Brasil até 2024, segundo projeção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Esse tipo de geração, chamada geração distribuída, e as fontes de energia renovável foram tema de audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI) na quinta-feira.

Até julho, 4.517 unidades consumidoras no país já tinham geração distribuída nas modalidades de micro ou minigeração, segundo o assessor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Hugo Lamin. As microgeradoras produzem até 75 quilowatts (KW) de energia, enquanto as minigeradoras produzem até 5 megawatts (MW).

— Cerca de 98% dessa geração é solar, totalizando 4.432 unidades. De biogás, são 23 hoje no Brasil. Biomassa, 2 casos; eólica, 39; hidráulica, 5, e o modelo híbrido, entre solar e eólica, 16. Desses 4.517, 78% são unidades consumidoras residenciais — detalhou.

O diretor de Programas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Gilberto Hollauer, afirmou que a expectativa é de elevação do consumo resi-



No debate presidido por Hélio José (C), Mendonça, Hollauer, Lamin e Arbex falam sobre potencial de energias alternativas

dencial originário da geração distribuída. A estimativa é que chegue a 13% em 2050.

Incentivos

Lamin, da Aneel, apontou desafios para que o país alcance essa projeção. Segundo o assessor, é preciso garantir isenção de ICMS sobre a geração distribuída, como já ocorre em 19 estados e no Distrito Federal. Além disso, ressaltou a importância da divulgação à sociedade sobre a possibilidade de gerar a própria energia e a promoção de linhas específicas de financiamento para o setor.

Ele explicou que a geração distribuída funciona como uma troca: o consumidor produz a energia em sua residência, por meio de painéis solares, e

a quantidade de energia que excedeu o que consumiu é devolvida ao sistema da distribuidora, que gera um crédito para esse consumidor. No entanto, para as empresas que distribuem energia, é preciso haver uma remuneração pelo serviço.

Para o representante da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abrade), Daniel Mendonça, o problema para as distribuidoras não está no tipo de energia gerada, mas na correta remuneração pela manutenção e modernização das redes.

O senador Hélio José (PMDB-DF), que requereu e presidiu a audiência, defende a adoção de energias alternativas e é relator do PLS 696/2015, que

determina o uso obrigatório de recursos de pesquisa e desenvolvimento em fontes alternativas de energia por empresas do setor elétrico e pela indústria do petróleo.

— Em qualquer dos modelos de energia alternativa ou renovável, o Brasil tem um potencial privilegiado — ressaltou.

Diversificação

De acordo com Hollauer, do Ministério de Minas e Energia, o planejamento estratégico governamental aposta na diversificação da matriz energética brasileira, com aumento do uso de energias renováveis no futuro próximo:

— A eólica vem tendo crescimento relevante. A projeção está subestimada, pode ser

maior, e a solar também.

O ministério tem como meta que a matriz energética renovável some de 28% a 33% do total no país até 2030. Em 2015, sem contar a energia hidráulica, chegou-se a quase 30% de fontes renováveis. Para 2024, espera-se que cheguem a 32%.

Apesar de defender o investimento nas fontes alternativas, o presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas, Paulo Arbex, disse que a vocação brasileira é hidrelétrica. As pequenas centrais, em sua opinião, estão sendo alijadas em detrimento das demais fontes alternativas. Ele pediu tratamento isonômico e citou ainda a disparidade de vantagens tributárias e isenções concedidas na compra de equipamentos: as hidrelétricas pagam 45,5% de impostos, enquanto eólicas e solares pagam 18,5%, reclamou.

Arbex disse ainda que as fontes alternativas sofrem com intermitências e que a energia hidrelétrica é a mais adequada para cobrir esses intervalos. Por isso, deve ser estimulada. Ele sugeriu simplificação no licenciamento ambiental para as pequenas centrais e que haja cobrança pela geração de emissões de carbono, beneficiando as centrais hidrelétricas, geradoras de energia limpa.

Para especialistas, “direito das exclusões” persiste no Brasil

O direito brasileiro é excludente em relação às mulheres, à população negra e a outros segmentos da sociedade, disseram na quinta-feira advogadas, juízas, procuradoras e defensoras públicas que participaram de debate no Senado.

Com o tema “Toga justa: o exercício profissional do direito como fator de empoderamento feminino”, a audiência pública foi promovida pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara dos Deputados, em parceria com a Bancada Feminina da Câmara.

Para a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, os profissionais do direito devem assumir o desafio de fazer a Justiça chegar a segmentos que permanecem excluídos na sociedade.

— Temos que contestar o direito que herdamos, contestar que aquilo que aconteceu uma vez tem que se repetir sempre. Prevalece o direito das exclusões, da exclusão da mulher, da população negra, da população LGBT, dos povos tradicionais, dos povos indígenas. Um direito feito de exclusões — afirmou.

Mediadora do debate, a deputada Erika Kokay (PT-DF) representou no evento as procuradoras da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e da Câmara dos Deputados, Elcione Barbalho (PMDB-PA).

A iniciativa do Congresso visa for-

talear a aliança entre as instituições e a sociedade brasileira, para frear a violência contra as mulheres, explicou a deputada:

— Precisamos construir uma sociedade com uma cultura de paz, precisamos romper uma desumanização simbólica que atinge as mulheres e que precede uma desumanização literal, em um país onde temos mais de 4 mil feminicídios [anualmente].

Mulher negra

A advogada e assessora jurídica Vera Lúcia Araújo disse desconhecer o exercício do poder pela mulher negra na Justiça brasileira. Nem sequer há estudos mostrando a ausência de mulheres negras no exercício da advocacia, ressaltou:

— Não sei do que se trata o exercício do poder a partir da toga. Esse empoderamento, para nós mulheres negras advogadas, ainda não chegou.

Para a defensora pública federal Daniele Osório, o direito é ainda mais opressor para as mulheres pobres.

— A mulher pobre sofre no nosso país e não tem a resposta do sistema de Justiça, justamente pelas dificuldades das instituições, capitaneadas por homens.

Ela informou que as mulheres representam 53% dos estudantes de direito no Brasil, mas ocupam menos de um terço das cadeiras na Defensoria Pública da União.

— O problema se perpetua. Há resistência nas instituições, o status quo não quer ser modificado, tem medo de

que essa parcela tenha voz — frisou.

A juíza Theresa Karina de Figueiredo, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, destacou a pouca participação feminina no Congresso e em cargos de decisão no serviço público e na iniciativa privada.

— Apenas 9% dos cargos de direção em grandes empresas são ocupados por mulheres — destacou.

Mercado de trabalho

Nesse aspecto, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Arantes lembrou diferentes manifestações de discriminação e preconceito contra as mulheres no mercado de trabalho.

— A igualdade já existe na Constituição, nas leis, nos tratados internacionais, mas não se verifica de fato. Ainda não conseguimos alcançar a igualdade de direitos e oportunidades — opinou.

A deputada Erika Kokay concordou e criticou a cobrança de perfeição que existe sobre as mulheres que ocupam funções culturalmente ocupadas por homens.

— É como se a sociedade dissesse: ocupa o espaço público, mas sua casa deve estar impecável, seu filho não pode adoecer, você deve estar disponível para seu esposo. É a ditadura da perfeição nas diversas funções, construídas numa relação de gênero de subalternização do gênero feminino.



Debate feito pelas Procuradorias da Mulher discute papel do direito no empoderamento feminino